



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**CONSELHO ADMINISTRATIVO DE RECURSOS FISCAIS**  
**PRIMEIRA SEÇÃO DE JULGAMENTO**

**Processo nº** 11065.005905/2002-16  
**Recurso nº** Voluntário  
**Acórdão nº** 1402-004.321 – 4<sup>a</sup> Câmara / 2<sup>a</sup> Turma Ordinária  
**Sessão de** 10 de dezembro de 2019  
**Matéria** IRPJ  
**Recorrente** AMAPA DO SUL SA INDUSTRIA DA BORRACHA  
**Recorrida** FAZENDA PÚBLICA.

**ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ**

Ano-calendário: 2002

IRRF SOBRE RECEITAS FINANCEIRAS OMITIDAS DA BASE DE CALCULO DO IRPJ. RESTITUIÇÃO. IMPOSSIBILIDADE.

Nega-se a restituição de IRRF incidente sobre receitas omitidas na apuração do lucro real; mesmo se essas receitas tivessem integrado a base de cálculo do IRPJ, o IRRF não seria passível de restituição direta, devendo ser deduzido do IRPJ devido no período a que competirem as receitas; somente o saldo negativo de IRPJ eventualmente surgido após a dedução do IRRF é que pode ser restituído.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, negar provimento ao recurso voluntário.

(assinado digitalmente)

Paulo Mateus Ciccone - Presidente.

(assinado digitalmente)

Leonardo Luis Pagano Gonçalves - Relator.

Participaram da sessão de julgamento os conselheiros: Marco Rogerio Borges, Caio Cesar Nader Quintella, Evandro Correa Dias, Leonardo Luis Pagano Goncalves,

Murillo Lo Visco, Junia Roberta Gouveia Sampaio, Paula Santos de Abreu e Paulo Mateus Ciccone (Presidente).

## **Relatório**

Trata-se de Recurso Voluntário interposto face v. acórdão proferido pela Delegacia da Receita Federal do Brasil que decidiu manter o r. Despacho Decisório que não homologou o pedido de compensação e não reconheceu o crédito IRRF sobre aplicações financeiras dos anos de 1998 e 1999.

Para evitar repetições adoto o relatório do v. acórdão recorrido.

*Trata-se de processo encaminhado a esta DRJ para julgamento de manifestação de inconformidade (fls. 264/269) contra o despacho decisório (fls. 257) que não reconheceu direito creditório pleiteado e não homologou compensações declaradas pela interessada. Esse despacho decisório, modificou, por ordem judicial (fls. 252), despacho anterior (fls. 132) que havia considerado não declaradas as compensações.*

*O pedido de restituição apreciado no despacho decisório refere-se a IRRF retido nos anos de 1998 e 1999 e foi indeferido porque (parecer, fls. 128 e seguintes):*

- nos termos do art. 229 e 231 do RIR/99, o IRRF somente pode ser aproveitado "como redução do Imposto de Renda devido ao final do período de apuração", só podendo ser objeto de restituição o saldo negativo de IRPJ apurado após a dedução do IRRF; e
- ainda assim, não foi apurado saldo negativo de IRPJ nos anos em questão.

*A interessada apresenta manifestação de inconformidade alegando que:*

- o IRRF de que pede restituição é decorrente de aplicações financeiras que não foram incluídas na base de cálculo do IRPJ;
- teve prejuízos em 1998 e 1999, de forma que "se enquadra na hipótese de apuração de saldo negativo, e pode deduzir o IRRF com que contribuiu, incidente sobre suas aplicações financeiras, embora elas não estivessem na base de cálculo do IRPJ";
- a não inserção do valor do IRRF na DIPJ não extingue seu direito;
- o RIR/99 não poderia ser aplicado a fatos geradores anteriores à sua vigência; e
- deveria ter sido intimada a retificar suas declarações para inclusão das receitas financeiras e do IRRF.

Inconformada com a decisão do v. acórdão "a quo", a Recorrente interpôs Recurso Voluntário visando sua reforma, alegando nulidade do v. acórdão recorrido por falta de motivação, repetindo os mesmos argumentos da manifestação de inconformidade, sem acostar qualquer documento.

É o relatório.

**Voto**

Conselheiro Leonardo Luis Pagano Gonçalves - Relator

O Recurso Voluntário é tempestivo e possui os requisitos previstos na legislação, motivos pelos quais deve ser admitido.

Preliminar de ausência de fundamentação do v. acórdão recorrido:

Tal alegação da Recorrente não deve ser acolhida, eis que o v. acórdão recorrido analisou todas as alegações feitas na manifestação de inconformidade da Recorrente, motivou e fundamentou adequadamente sua decisão.

Os dispositivos utilizados tanto no r. Despacho Decisório, como no v. acórdão recorrido (artigos 2 e 6 da Lei 9.430/96 e artigos 229 e 231 do RIR/99) se enquadram perfeitamente com a matéria dos autos na época em que ocorreram os fatos relativos ao pagamento do IRRF, anos 1998 e 1999.

Sendo assim, rejeito a preliminar de falta de fundamentação do v. acórdão recorrido.

Mérito:

O r. Despacho Decisório não reconheceu o crédito e não homologou a compensação requerida devido ao fato de o IRRF ser considerado antecipação do imposto a pagar e só poder ser compensado quando compor o saldo negativo de IRPJ no ajuste final.

Ou seja, nos termos do art. 229 e 231 do RIR/99, o IRRF somente pode ser aproveitado "como redução do Imposto de Renda devido ao final do período de apuração", só podendo ser objeto de restituição o saldo negativo de IRPJ apurado após a dedução do IRRF.

Assim, como não foi apurado saldo negativo de IRPJ nos anos de 1998 e 1999, não foi reconhecido o crédito e as compensações não foram homologadas.

A principal tese da Recorrente vai no sentido de que como teve prejuízo fiscal nos anos de 1998 e 1999, uma das hipóteses de apuração do saldo negativo do IRPJ, poderia restituir o IRRF sobre aplicações financeiras pago, mesmo que não esteja computado na base de cálculo do IRPJ.

Tal alegação da Recorrente não deve ser provida.

Primeiramente, por ser o IRRF uma antecipação do IRPJ devido no período de apuração, só poderá ser restituído ou compensado após a apuração do saldo negativo do IRPJ no ajuste final. Ou seja, após a apuração da base de cálculo do imposto.

O fato de ter prejuízo fiscal nos anos 1998 e 1999 não significa que a Recorrente tem saldo negativo de IRRF para compensar, mesmo porque, restou comprovado nos autos que não existia saldo negativo no período.

---

O prejuízo fiscal reduz o lucro cujo qual o imposto irá incidir e o saldo negativo atinge diretamente a apuração do imposto no ajuste final, são créditos que não se confundem.

Sendo assim, como restou comprovado que não existia saldo negativo de IRPJ nos anos de 1998 e 1999, bem como pelo fato de o IRRF ser apenas uma antecipação do imposto, inexistindo assim crédito a ser restituído ou compensado, entendo que o v. acórdão recorrido deve ser mantido em seus termos.

Pelo exposto e por tudo que consta processado nos autos, conheço do Recurso Voluntário e a ele nego provimento.

(assinado digitalmente)

Leonardo Luis Pagano Gonçalves - Relator.